

O Movimento Estudantil Libertário (MEL) e o Maio de 1968 brasileiro

RAFAEL VIANA DA SILVA*

Resumo

Este artigo pretende analisar a gênese, presença e atuação do Movimento Estudantil Libertário (MEL), organização estudantil criada com protagonismo do anarquismo brasileiro. O artigo objetiva analisar a formação e relação do MEL com as lutas estudantis do período, suas propostas políticas e sua inserção no fenômeno do Maio de 1968 no Brasil. Também deseja elucidar o processo de desmantelamento da organização, ocorrido após a repressão sofrida em 1969.

Palavras-chave: Maio de 1968; anarquismo; esquerdas.

The Libertarian Student Movement (MEL) and the Brazilian May 1968

Abstract

This article intends to analyze the genesis, presence and action of Movement Student Libertarian (MEL), student organization created with the protagonism of brazilian anarchism. The objective article to analyze the formation and relation of the MEL with the student period, its political proposals and its insertion in the phenomenon of May of 1968 in Brazil. It also wishes to elucidate the dismantling of the organization, which occurred after the repression in 1969.

Key words: May 1968; anarchism; left.



*RAFAEL VIANA DA SILVA é Doutor (2018) em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com período de bolsa sanduíche na Universidad de la República (Uruguai).

Não é hora de estudar e atitudes contemplativas.
É hora, sim, de ação (Movimento Estudantil Libertário)
(Hora de Realizações. Página Juvenil. **O**
Protesto, Rio Grande do Sul, novembro de 1967, nº 02,
p. 04)

No trabalho do pesquisador Marcelo Ridenti é possível dimensionar o impacto da presença estudantil no arco das esquerdas. A maior parte da base militante e de apoio das esquerdas, principalmente após 1964, segundo Ridenti (RIDENTI, 2010, p. 119) era jovem.¹ E segundo este pesquisador uma grande parte desta base de apoio provinha do meio estudantil. Tal fato se favorecia pelo ambiente político e cultural dos anos 60 e a atuação juvenil nos movimentos sociais do período.² Lembremos que as décadas anteriores ao golpe foram anos de expansão, crescimento e abertura da universidade brasileira. O ensino superior brasileiro tinha apenas 27 mil estudantes em 1945. Em 1960 já eram 93 mil e 142 mil em 1964 (FILHO, 2014, p. 97). Essa massificação do ensino superior trouxe também disputas internas das diferentes frações que atuam de modo crescente no movimento estudantil. É equivocado afirmar que o movimento estudantil era “naturalmente” inclinado a tomar posições de esquerda. As direções da UNE e da UMES por exemplo, estiveram nas mãos de forças da direita de 1950 a 1956 e muitas entidades tiveram chapas conservadoras ou mesmo reacionárias que foram eleitas

(LIMA, 2013, p. 24) em diversas regiões. É apenas a partir de 1961 e 1962 que as forças de esquerda passam a ter um peso mais significativo no conjunto da representação estudantil. Some-se a isto, além de todo o contexto político e cultural a atuação da UNE em direção a bandeira da reforma universitária, o que facilitou sua presença nas universidades, ajudando a manter certa continuidade política nos duros anos inaugurados pelo golpe de 64. Mesmo com a iniciativa do regime militar em desmobilizar os estudantes pela repressão, intervindo em seus centros acadêmicos e organizações, estes conseguiram se reorganizar após o golpe (RIDENTI, 2010, p. 120). De 1965 a 1968, apesar da repressão ter ceifado lideranças e afetado o funcionamento das suas entidades, o movimento estudantil teve relativa liberdade de ação (Ibid). Desde 1966, os estudantes realizavam uma série de protestos públicos contra o regime militar permanecendo como um dos espaços mais ativos na luta contra o regime militar NAPOLITANO, 2014, p. 88. Foi neste contexto que surgem as condições “ideais” para a criação do Movimento Estudantil Libertário (MEL). Sua origem era a atuação de estudantes gaúchos, que formalizariam sua intenção política no primeiro e segundo jornal de *O Protesto*. Rapidamente a ação dos anarquistas gaúchos se ligaria aos militantes de Rio de Janeiro e São Paulo. Esses estudantes estariam ligados aos militantes mais antigos, que atuavam nesses estados (CUBERO, Jaime. Carta, 02/11/1967, Rio de Janeiro, [para] Jaime. 1 páginas,

¹ Segundo Ridenti, 73,5% dos acusados de envolvimento com grupos armados tinha entre 19 e 30 anos. Enquanto quase 38% da população brasileira em 1970, tinha entre 20 e 34 anos. A proporção da presença da juventude nas organizações de esquerda era, portanto, bem superior à média brasileira.

² Não se pode esquecer segundo Ridenti, que os estudantes também são recortados por distintas interseções de classe. Muitos estudantes também trabalhavam para manter seus estudos.

p. 01). Desde julho de 1967 os anarquistas da “velha guarda” se articulariam num encontro político anarquista que priorizaria “conquistar o maior número possível de jovens estudantes, dando a estes núcleos que conosco se relacionam, possibilidades e conhecimentos proselitistas” (CATALO, Pedro. Carta, 17/07/1967, São Paulo, [para] Companheiros do Rio, Rio de Janeiro. 1 páginas, p. 01). Cabe afirmar, que a ideia de renovar o anarquismo seguiu como um persistente trabalho dos militantes mais velhos que se iniciou no imediato pós-guerra (com a fundação das juventudes libertárias ou juventudes anarquistas de RJ e SP) e seguiu com as dificuldades de enraizamento sindical (no caso do CCS-SP, na formação de grêmios juvenis) (Grêmio Juvenil. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, outubro de 1959, nº 136, p. 04).

A evidente dificuldade de retomar o trabalho sindical pelos anarquistas remontava desde o final da década de 50. O golpe militar de 1964 aprofundou as dificuldades internas, mas não evitou que o anarquismo, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul prosseguisse com suas tentativas de criar um espaço de referência política nas lutas sociais. Não havia uma organização política anarquista. Tal espaço foi desarticulado por rugas internas, dificuldade de mobilização nas entidades de classe e divisões, dando lugar a grupos de propaganda, que não sobreviveram ao início da década de 60. A proposta de criar um espaço estudantil com influência dos anarquistas, no entanto, era motivadora para a reconstrução política libertária, sobre bases mínimas.

Os estudantes aglutinados na incipiente proposta do Movimento Estudantil Libertário, cuja formalização não tardaria a acontecer, reafirmariam em

sua proposta, um dos elementos que caracterizou a cultura política das novas organizações de esquerda, que surgiam diante a conjuntura: certo culto pela ação. Para estes, “não é hora de estudar e atitudes contemplativas. É hora, sim, de ação”. Tal inserção dos jovens estudantes que confeccionavam o jornal *O Protesto* nesta cultura política da ação, fazia-os ao menos em plano discursivo, se oporem às expressões juvenis ligadas ao ambiente cultural de “68” e se aproximarem ao arquétipo do mártir e compromisso militante mais tradicionalmente ligado às esquerdas.³ Numa espécie de manifesto inicial afirmavam que em “O PROTESTO”, a juventude encontrará o eco que necessitam suas ânsias de melhoramento social, concepções sobre liberdade e ampla cooperação na luta por um amanhã melhor” (*O Protesto*, Rio Grande do Sul, Novembro de 1967, nº 01, p. 04.). No mesmo texto farão uma oposição entre comportamento individual e luta social ao afirmarem que na “luta pelo socialismo libertário, opondo-se a todo totalitarismo, os jovens de idade, juntamente com os que não são, estarão contribuindo pelo estabelecimento de uma sociedade livre”. Tal oposição, no entanto, se reforçava o sentido discursivo de ação coletiva, incorria em práticas conservadoras no campo do costume ao dizer que

Combateremos, unidos a todos aqueles que não se deixam iludir pelos espelhismos, essa tendência ao efeminamento do homem e a masculinização da mulher, que se propaga entre os hábitos da Juventude, baixo o argumento, notadamente falso, de ser essa atitude uma espécie de válvula de escape às ânsias juvenis. Nem essa

³ Ainda que pesquisas atuais mostrem que esses universos nem sempre foram inimigos.

tergiversação do sexo, nem tão pouco o ié-ié-ié podem representar o que muitos, não sabemos com que intenção, fazem por catalogar como razão dos desejos da juventude, para expandir suas sobras de energia (Idem).

Neste sentido, a posição (homofóbica) dos estudantes aglutinados em *O Protesto* parecia alinhar-se com os limites de determinados círculos de esquerda, afirmando que “essas superficialidades que desviam a atenção dos jovens daquelas realizações, que por serem de elevação humana, merecem dêles especial dedicação” (Idem). Desde outubro, entretanto, havia uma especial atenção por construir uma organização estudantil de influência libertária, que aproveitava certo empuxo dado pelos mais velhos e uma ansiedade estudantil vinda dos mais jovens. Criticando a “cúpula” que toma decisões e ao estudantado, sómente sobre o papel de peão”, os estudantes aglutinados em *O Protesto* afirmarão que “apresenta-se à luta, propugnando uma organização estudantil, na qual o estudante, através de seus órgãos representativos, prévias, as consultas indispensáveis, decida sobre seus problemas” (Tomando posição. *O Protesto*, Rio Grande do Sul, Novembro de 1967, nº 01, p. 06).

Para estes “Não cabe aos diretórios determinarem o que a classe deve ou não realizar. Há de ser a base orgânica, em assembleias representativas, que decidirá a trajetória a seguir” (Idem). Criticando o uso do movimento estudantil para “benefício particular, candidatando-se a postos políticos” afirmarão que os “organismos diretivos dos estudantes devem ser eleitos por eles mesmos, livremente, em assembléias, na qual todos os filiados, organizados, sintam-se representados”. Diante a acelerada conjuntura, os estudantes de *O Protesto* afirmavam que

Nada adianta o que, após análise da evolução dos problemas que se apresentam ao homem, amante da liberdade, chegando a uma conclusão da necessidade de uma transformação social, não nos dispomos a tomar nosso posto de luta. Hora de Realizações. (O Protesto, Rio Grande do Sul, novembro de 1967, nº 02, p. 04.)

Em dezembro de 1967 a ansiedade dos estudantes abastecia uma proposta mais encaminhada de criarem uma organização estudantil de matriz libertária que era comemorada pelos militantes mais antigos como uma possibilidade real de crescimento (RODRIGUES, 1993, p. 15). Mas antes, estes encontrariam os militantes do Rio de Janeiro e São Paulo no fim de 1967 para afinarem posições organizativas. Em dezembro de 1967 o MEL seria fundado com a intenção de “fixar posição e dar combate”, assim como “ter presença ativa nas lutas de classe e ideológicas marcando rumos mais de acôrdo com os princípios federalistas, que devem reger a vida de toda organização de classe” (Encontro Nacional de Estudantes Libertários. *O Protesto*, Rio Grande do Sul, Dezembro de 1967, nº 03, p. 06-07.) O curto tempo de fundação obedecia a acelerada conjuntura de lutas sociais, mas também evidenciava certa fragilidade organizativa.

Uma dessas lutas ocorria no centro do Rio de Janeiro, em torno do restaurante Calabouço, onde diversos estudantes secundaristas se aglutinavam. Segundo depoimento de um dos vice-presidentes da UNE, a realização de uma reunião do Fundo Monetário Internacional, que seria realizada próximo ao restaurante dos secundaristas, obrigou o governo a intervir naquele espaço – ameaçando demolir o restaurante –, mas este enfrentou grande resistência por parte

dos estudantes (RIDENTI, 2010, p. 140). A luta contra a demolição do restaurante se associava em seus significados mais amplos, a luta contra a ditadura militar e seu autoritarismo.

O ano de 1968 é um período crucial de resistência dos setores operários e estudantis as modificações no âmbito econômico e político preconizado pelas elites locais. Até hoje, a multiplicidade de interpretações sobre este fenômeno se cruza com construções no campo da memória social que terminaram por minimizar as divergências internas que existiam no interior do próprio acontecimento ou destacar apenas um aspecto deste (ARAÚJO In FICO; ARAÚJO, 2010, pp. 17-18). O fenômeno do *Maio de 68* não foi apenas uma soma de levantes, revoltas e insatisfações nacionais atomizadas. As revoltas inauguradas por este evento expressavam de “forma difusa, a emergência do descompasso entre a intensificação da internacionalização do capital, com seus efeitos sociais múltiplos, e o empenho em manter encapsuladas as lutas sociais em âmbito nacional” (FONTES, 2010, p. 176). O conjunto da luta e o capital “mostravam-se de fato, internacionais” mas se expressavam de maneira distinta (Ibid, p. 178). No caso dos eventos ocorridos nos países da América Latina, as lutas do Maio de 68 expressaram-se como lutas contra as ditaduras, o imperialismo e certos tons de nacionalismo revolucionário. Enquanto que na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, o fenômeno se expressou contra os princípios da sociedade de consumo do período e a afirmação de valores culturais influenciados pelos movimentos contra culturais. Em ambos, no entanto, a expressão de lutas populares ligadas a classe trabalhadora serviam como um substrato comum.

Em fevereiro de 1968 os militantes do MEL, marcando posição diante as lutas estudantis divulgam as resoluções do 1º Encontro Nacional de Estudantes Libertários⁴ no quinto número de *O Protesto*, onde defendiam: 1) criação de um comitê coordenador dos estudantes libertários, visando criar uma organização local e depois nacional; 2) Participar ativamente das manifestações estudantis que visem lutas reivindicatórias; 3) expressar ampla solidariedade ao estudantado e à todo movimento social em prol da dignificação dos sindicatos operários e de melhorias em suas condições socioeconômicas; 4) influenciar para que as decisões das entidades estudantis sejam verdadeiramente representativas e não aquelas de “grupos” ou indivíduos dirigentes e por fim, 5) apoio a UNE desde que independente de interesses políticos-demagógicos e religiosos (I Encontro Nacional de Estudantes Libertários. *O Protesto*, Rio Grande do Sul, Fevereiro de 1968, nº 05, p. 04.). Vê-se, portanto, que o MEL possuía relativa estrutura organizativa e um programa mínimo de ação que se pretendia nacional. Contraria-se assim a afirmação feita no livro *Brasil Nunca Mais*, de que o Movimento Estudantil Libertário era apenas uma “denominação que as autoridades policiais forjaram para intitular as atividades de um grupo de anarquista” ou que tal sigla, se insere no rol de grupos que “sequer constituíram organizações realmente estruturadas, aparecendo como tais por força da imaginação dos responsáveis pelos inquéritos” (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 112).

⁴ Os anarquistas evitavam expor sua articulação num contexto repressivo, publicando apenas internamente as questões referentes aos debates estudantis.

Logicamente o contexto político e organizativo dos anarquistas estava aquém da capacidade da esmagadora maioria da esquerda, mas há uma intenção organizativa muito bem delineada. Em documentos anexados ao processo-crime que os anarquistas sofreriam, há um que é bastante elucidativo neste sentido. Segundo a avaliação conjuntural do manuscrito, afirmavam que “é preciso que formemos um grupo de estudos permanente para estudarmos a idéia e as concepções atuais”. No manuscrito, defende-se “aumentarmos nossa propaganda, criando grupos nos locais de trabalho, nas escolas e se possível no campo”.

Defende-se “discutir a formação desses grupos” e “discutir formas de atuação nos sindicatos [...], nas escolas, no local de trabalho, na sala de aula”. Relatando uma dificuldade, mas projetando um determinado perfil militante defende que “nossa tarefa é criar verdadeiros militantes (ativistas) da revolução social e não bando de desajustados sociais”. Propõe o seguinte temário de discussão para os anarquistas brasileiros: 1) situação do movimento, 2) Bases teóricas do anarquismo social, 3) dinâmica técnico-científica da produção sobre o plano econômico e social, endossando a luta contra o capitalismo e o Estado, baixo a perspectiva da revolução social de inspiração anarquista, 4) definição dos movimentos e suas palavras de ordem da luta revolucionária, 5) pacto de associação ao movimento nacional e financiamento, 6) composição de uma comissão de relações e coordenação nacional e local e 7) fixação de época dos próximos encontros (Manuscrito sem título, s/d, p. 2). Analisando algumas das propostas, podemos verificar que o termo anarquismo social longe de ser algo criado nos anos 1990

como supõe a memória anarquista era algo forjado no interior da constituição de uma ruptura entre um anarquismo de matriz “individual” e outro que se pretende social. Também propunham analisar o capitalismo e o Estado, colocando o anarquismo como algo que propunha a “Revolução Social” e, portanto, fosse uma ferramenta de mudança das relações sociais amplas.

Com razoável articulação, os militantes do Rio de Janeiro pertencentes ao MEL teriam um ano muito atribulado. Com base na pesquisa de Edgar Rodrigues e outras fontes, neste ano tumultuado para a luta estudantil organizariam debates, conferências (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10/07/1968, p. 07. Caderno B.), formariam grupos de ação de rua, reuniões e venderiam folhetos ideológicos (RODRIGUES, 1993, p. 151). Outro tema pautado pelos estudantes libertários foi a questão do acordo assinado pelo Ministério da Educação e pela *United Agency for International Development* e que ficou conhecido como acordo MEC-USAID. Este tema era pauta presente nas entidades estudantis. Com este acordo, a USAID enviou cinco estudiosos norte-americanos para analisar o ensino superior brasileiro e produzir um relatório que subsidiaria a reestruturação das universidades públicas (PINA, 2011, p. 10). Em 1968, baseado no relatório dessa agência norte-americana o regime militar empreenderia uma reforma na estrutura universitária que suscitaria grandes resistências no meio estudantil. Segundo a historiadora Maria Paula Araújo o “acordo MEC-USAID foi a resposta da ditadura militar à luta pela reforma universitária que os estudantes vinham travando desde o início dos anos 1960” (ARAÚJO, 2007, p. 158).

Vistas de maneira mais ampla, tal acordo de cooperação visava principalmente adaptar a estrutura educacional às exigências modernizantes do sistema econômico capitalista e o bloco de poder que se consolidava paulatinamente após 1964. Para isso não havia dúvidas de que a contenção do movimento estudantil, que resistia ao conteúdo das propostas da modernização autoritária do ensino era algo a ser considerado na agenda política do regime. Não nos parece nenhuma coincidência, que uma das principais agências golpistas, o IPES, cujo *staff* já estava praticamente todo integrado ao governo Castelo Branco e com uma sangria de sócios, mantivesse ainda em funcionamento o “Grupo de Educação” e o “Grupo de Estudos e Pesquisas” (PINA, 2011, p. 74). Há fortes indícios de que a “luta pela conquista do Estado”, usando uma frase vulgarizada pelo clássico do sociólogo Armand Dreifuss, ainda teria de vencer certos focos de resistência para aplicar completamente seu modelo de desenvolvimento econômico, sendo um destes, o movimento estudantil e as trincheiras da educação.

Um militante que escreve em *Dealbar* (jornal anarquista do período) dirá que “quem observa atentamente o movimento Universitário no Brasil facilmente constata que ele se tornou o bastião do protesto e da inquietude política e social” (LEITÃO, Sérgio. Os acordos MEC-USAID e os Estudantes. *Dealbar*, São Paulo, Novembro de 1967, nº 09, p. 01). Prosseguindo, afirma que “Nada mais fácil suprimir a agitação colocando-a na argola, instituindo a chibata do feitor como lei e estabelecendo a paz de cemitério. Para tanto é preciso impedir que as pessoas vindas das camadas pobres possam ascender a Universidade [...]” (Idem). Denunciando o que considera uma

atitude imperialista, o militante afirmará que a ideia do acordo é intervir para “formar uma casta de dirigentes tupiniquins que masque chiclets, sejam fan dos digests e rezem pela cartilha do Imperialismo Americano” (Idem). Ressalta nas páginas ácidas de *Dealbar* que o objetivo do acordo é “desenvolver uma filosofia educacional para o continente... Bem entendido a filosofia dêles americanos, que sirva a seus interesses e propósitos” (Idem). *Dealbar* explicita um contexto em que a educação estava subordinada a um projeto econômico mais amplo. A economia brasileira à época, fortemente baseada na monocultura era completamente dependente das flutuações do mercado internacional.

O Movimento Estudantil Libertário (MEL) afirmará que o acordo Mec-Usaid “pretende transplantar o sistema universitário de um país de estrutura social, econômica, psicológica e racial totalmente diferente do Brasil” (O Movimento Libertário Estudantil. Acôrdo Mec-Usaid. *Dealbar*, São Paulo, Dezembro de 1967, nº 10, p. 02.).⁵ Ressaltam que os “estudantes conscientes não querem de nenhuma forma que as suas costas seja atrelada a canga de uma filosofia totalitária, antihumana e tecnológica” (Idem). A postura anti-imperialista e contra o acordo Mec-Usaid defendida pelo MEL se vincula de maneira mais ampla ao ambiente e contexto político-cultural do final dos anos 60, mas entendendo o anarquismo por uma visão de longo prazo, não é necessariamente uma inovação. Aos anarquistas, evidenciava-se a relação entre a ditadura militar e os interesses econômicos imperialistas

⁵ Antes da fundação oficial do MEL era comum os militantes se referirem a si próprios como Movimento Libertário Estudantil e não Movimento Estudantil Libertário.

coordenados na América Latina. Citando uma matéria do Correio da Manhã que afirmava que o governo uruguaio não tinha condições de pagar a dívida externa e que este “enviou pedido nesse sentido ao FMI, recebendo resposta de que só seria atendido caso promulgasse uma LEI DE ARROCHO SALARIAL, nos termos da vigente no Brasil” (*Correio da Manhã*, 10/09/1967 apud O Uruguai e o FMI, O Protesto, Janeiro de 1968, p. 1.). Para os estudantes do MEL

O pedido do FMI vem demonstrar onde partiram as diretrizes básicas do movimento militar de abril/64 e de sua enxurrada de leis anti-trabalhador.

Considerando sempre, falsamente, como causador da inflação, o salário do trabalhador brasileiro foi congelado, diminuindo a índices mínimos, sem nenhuma consideração às nossas necessidades básicas. Essa política de pressão econômica sobre os trabalhadores, oriunda do FMI, está sendo imposta aos países sub-desenvolvidos – a Argentina já tem a sua e agora querem impô-la aos uruguaios. Não o conseguindo até o momento, em vista da força adquirida pelos seus sindicatos.

Vem esse fato comprovar mais uma coisa – somente com a união de todos os trabalhadores numa frente, conseguiremos derrubar às leis de arrocho salarial e a anti-greve, nunca esperando que o governo seja bonzinho e nos dê como presente a queda

dessas leis. (O Uruguai e o FMI, **O Protesto**, janeiro de 1968, p. 1).

No caso brasileiro, o governo tinha conseguido recursos pelo FMI em 1965, o que aliviou em imediato a situação das contas externas (NAPOLITANO, 2014, p. 152) para em seguida, via governo Castelo Branco não referendar o acordo com o FMI, mas mantendo uma “política recessiva e ortodoxa de controle da inflação e das contas públicas” (Ibid, p. 158). A política econômica associada a política interna repressiva, garanti ao governo brasileiro um “mercado seguro para o capitalismo financeiro” (Ibid, p. 162). O fim do regime distributivista e o exorcismo do fantasma da revolução socialista (Idem) andavam em consonância com a coerção indireta e a repressão.

Como dissemos anteriormente, um dos focos de insatisfação mais inflamados era o movimento estudantil. O grande estopim da crise do regime militar com os estudantes organizados em suas entidades viria a ocorrer no centro do Rio de Janeiro, com o assassinato do secundarista Edson Luís. Tal acontecimento teria impactos no interior do anarquismo. Em torno da tensão da chegada do quarto ano de aniversário do golpe, no dia 28 de março de 1968 os estudantes se organizavam para caminhar em passeata à Assembleia Legislativa para reivindicar melhores condições do restaurante. Os estudantes secundaristas já vinham sofrendo grande assédio dos aparelhos de repressão, que incomodados pela atividade política que se concentrava no Calabouço, faziam batidas frequentes e provocações no intuito de realizar prisões ou obter informações.

Neste dia, a polícia se antecipou a mobilização, cercou o calabouço e reprimiu brutalmente os manifestantes.

O saldo foi a morte por disparo de fogo de Edson Luís de Lima Souto, cujo corpo foi carregado a Assembleia pela massa estudantil. Segundo Napolitano a “morte do estudante foi o estopim que fez explodir as tensões com os estudantes mobilizados contra o regime havia dois anos” (NAPOLITANO, 2014, p. 89). No editorial de abril do jornal *O Protesto*, intitulado “PMs matam estudante” os anarquistas afirmarão que “é preciso que a morte de Edson Luiz não seja em vão.” Para estes “nada adianta se sua morte não fôr sentida, se sua luta não fôr avante” (PMs Matam Estudante. *O Protesto*, Rio Grande do Sul, Abril de 1968, nº 06, p. 01.). As sequências de mobilizações à partir da morte de Edson Luiz seriam intensas. Os anarquistas lançariam nesse contexto um panfleto intitulado “Olho por Olho: dente por dente” que atrairia ainda mais os olhares dos aparelhos repressivos. Esta consigna anarquista não pode ser desvinculada do cenário político que emerge. Ousado, o panfleto deixava implícito, por intenção ou blefe, que os estudantes iriam reagir na altura da repressão policial.

No depoimento do então estudante, Vladimir Palmeira, até 1968, os estudantes dissolviam as manifestações quando a polícia reprimia, mas depois da morte de Edson Luís, isso mudou e os estudantes passaram a reagir (apud ARAÚJO, 2007, p. 173). 60 mil pessoas acompanhariam o enterro de Edson Luís e os protestos prosseguiriam nas principais cidades brasileiras, terminando numa onda de prisões e provocando novas mortes. O movimento estudantil entrava em refluxo e parte do movimento seguia para a luta armada (Ibid, p. 191). Como apontado por Jacob Gorender, à exceção da “maioria do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado”

(GORENDER, 1989, p. 87). Não à toa, essa cultura política que exaltava a ação espraiava-se para diversos grupos e organizações de esquerda.

Em abril de 1968, logo após a morte do estudante Edson Luís, os anarquistas organizados no jornal *O Protesto*, intuindo a crescente institucionalização e fechamento do regime que viria com o AI-5, avaliavam que a palavra democracia no Brasil “nos pareça suspeita e encobridor de tentativas (sic) totalitárias” (Signo dos Tempos. *O Protesto*, Rio Grande do Sul, Abril de 1968, nº 06, p. 01.). Analisam igualmente que isto ocorre com “evidente supremacia do poder militar sobre o civil” (Idem). Neste ponto devemos ter cuidado com o tratamento das fontes. A prudência dos anarquistas ao lidar com o regime, não significa que estes consideravam a ditadura como uma “ditabranda”, como algumas pesquisas tentam caracterizar o regime. Se de fato há vantagem para o historiador em analisar o regime por uma ótica prospectiva e dificuldade para os atores sociais compreenderem acuradamente o próprio tempo em que se encontram, não se pode negar que para os anarquistas a ditadura ganha todos os seus contornos, principalmente após 68. Estes afirmam em abril de 1969: “Nós não nos rendemos, conclamamos a todos para que façam o mesmo, demonstrando o seu repúdio a essa ditadura militar” (*Autogestão*. Ano 1, n1, 21 de abril. Apud RODRIGUES, 1993, p. 165.). Para os anarquistas do período a relação entre a instalação do regime de força e das questões econômicas pareciam evidentes, quando afirmam que “damos seguimento a nossa luta de denúncia pública contra o regime de força e opressão que se acha instalado no Brasil, assim como ao sistema capitalista que o sustenta” (*Autogestão*. Ano 1, n1, 21 de abril.

Apud RODRIGUES, ressurgir do anarquismo, p. 165.). Depois de 1968 a situação política para o funcionamento do MEL seria terrivelmente prejudicada pela mudança na realidade do país.

Em 13 de dezembro de 1968, o governo anuncia em cadeia de rádio e TV, o Ato Institucional número 05 (NAPOLITANO, 2014, p. 118). O AI-5 pôs o congresso, as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores em “recesso”, permitia também nomear interventores em Estados e Municípios, assim como cassar mandatos eletivos e federais. No que diz respeito aos movimentos que se opunham ao regime, o recado do AI-5 era bem claro. Ele permitia suspender os direitos políticos, proibir atividades sobre qualquer assunto de natureza política e aplicar determinadas medidas de “segurança”. Essas medidas incluíam liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares etc. O ato também suspendia a garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos e contra a segurança nacional. Com o AI-5 o regime endurecia e a ditadura perdia seus disfarces (AARÃO REIS, 2014, p. 73).

Os pesquisadores do regime militar são praticamente unânimes ao afirmar que 1968 foi um momento de acirramento e aprofundamento do aparato repressivo. Se é correto afirmar que o golpe de 1964 não pressupunha automaticamente a ditadura, o regime autoritário instalado em 64 aprofundava seus mecanismos repressivos. (FICO, 2014, p. 7) Não se tratava de um “golpe dentro do golpe”, pois como bem alerta o historiador Carlos Fico, o “AI-5 não expressou uma mudança da natureza do regime militar”. Isso não significa dizer que de 1964 a 1968 o regime fora menos violento. “Com ele, houve,

decerto, uma mudança de escala, mas não de natureza” (Ibid, p. 120).

A partir de 1969 “a acusação predominante passa a ser a militância em organizações partidárias proibidas” (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 87). Tal processo de fechamento do regime incidia na capacidade de mobilização das entidades estudantis e sindicais. Um indicativo possível para avaliar tais limitações, pode ser descrito com as dificuldades de mobilização do movimento estudantil. Que apesar de ter organizado em julho de 1969 uma paralisação de três dias contra a visita de Rockefeller ao Brasil e realizado passeatas contra a presença do empresário, já entrava numa fase de franco declínio organizativo. O anti-imperialismo fomentado no interior do movimento estudantil, abastecia-se das imagens de resistência de estudantes latino-americanos a presença de Rockefeller em outros países (MÜLLER, 2010, pp 35-36).

A repressão ao CEPJO acompanhou uma vaga repressiva generalizada contra o movimento estudantil. A sede do CEPJO seria invadida por agentes da Aeronáutica e 18 militantes seriam presos, em outubro de 1969. Entre os presos, membros do MEL e o médico anarquista Ideal Peres. Ideal ficou numa cela durante vários dias, impossibilitado de tomar banho e ouvindo o grito de outros presos e torturados.

Esses militantes seriam processados, assim como anarquistas de Porto Alegre, que também sofreriam inquéritos militares. Os anarquistas seriam denunciados pela Procuradoria da Justiça Militar no ano de 1969 com base em diversas acusações. A principal acusação seria feita com base em dois artigos do decreto lei 988/69, a chamada Lei de Segurança Nacional. O artigo 13 dizia respeito a “redistribuir material ou

fundos de propaganda de providência estrangeira [...] para a infiltração de doutrinas ou ideias incompatíveis com a constituição” e o 14 “formar, filiar-se ou manter associação [...] que, sob a orientação com o auxílio do governo estrangeiro ou organização internacional exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional” (Decreto-lei 898/69 | Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Disponível em

<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126023/decreto-lei-898-69>>.).

Um dos processados, militante do MEL é acusado de trabalhar no periódico *O Protesto* e ter distribuído o jornal *Autogestão* para grêmios estudantis do interior da cidade do Rio de Janeiro. Apesar do congresso ter sido reaberto em outubro de 1969 – depois de cerca de 312 dias fechado – o pretenso arejamento institucional dentro do aparato estatal parecia não chegar aos anarquistas, que dois anos depois seguiam com problemas na justiça. Em janeiro de 1971 o delegado da polícia e chefe do cartório do DOPS irá emitir um mandado de busca para apreensão de “livros, jornais e escritos subversivos” na casa de dois militantes (BNM 111, s/d, p. 98). Uma das questões colocadas no interrogatório a H. é sobre a possível existência de uma organização anarquista em Porto Alegre em que sua filha estaria supostamente envolvida. Outro convidado a depor, à época tinha 23 anos de idade. Participou de uma chapa de oposição estudantil no colégio infante Dom Henrique e foi acusado de receber um jornal intitulado Federação Anarquista Internacional. O velho fantasma das “articulações” estrangeiras voltava como um elemento de acusação às movimentações anarquistas.

Outra militante é acusada de enviar jornais para uma amiga na Bolívia e

participar de reuniões “nas quais se discutia sobre o jornal AUTOGESTÃO, sobre o socialismo e a cêrca da política atual do País” (Procuradoria Geral da Justiça Militar, p. 5.). No mesmo processo são indiciados mais dois militantes gaúchos, que tiveram suas casas invadidas pelos agentes da repressão, que relataram encontrar “farto material subversivo” (Idem). No dia 15 de fevereiro de 1971 foram apreendidos também, 1.450 livros de Daniel Guerín na editora Prôa entre outros materiais. A editora Prôa tinha os direitos de publicação da obra “O futuro pertence ao socialismo libertário” de Daniel Guerín (Ibid, p. 36). Os agentes buscavam também informações sobre uma “Organização anarquista”. Chamava atenção dos agentes, as possíveis ligações dos militantes porto-alegrenses com anarquistas uruguaios, principalmente, porque o pai de uma das atingidas era militante comunista. Some-se a isto, que nas páginas de *Autogestão* os anarquistas gaúchos divulgavam um manifesto dos Tupamaros, uma das principais organizações da luta armada no Uruguai, o que devia de fato, gerar alguma preocupação para os aparelhos da repressão. No processo do MEL, os 16 militantes processados conseguiriam ser absolvidos. Em grande medida por uma hábil manobra jurídica, da fachada legal dos centros culturais geridos pelos anarquistas (CEPJO e CCS) e de relações pessoais. Um dos processados, preso anteriormente em 1969 por agentes do DOI-CODI, era filho de um militante comunista e seria preso novamente em 1972 nas dependências do DOPS, Rio de Janeiro. Ao que parece, essas prisões não tiveram relação com a militância anarquista que desenvolveria anos adiante, mas sim, com a militância de seu pai, outro indiciado (comunista) pelas agências

repressivas. Em ambas as prisões, o militante foi torturado. E viria a figurar numa lista produzida pelos agentes da repressão nos anos 80 sobre o jornal *Inimigo do Rei*. A repressão teve um efeito totalmente desarticulador. O MEL foi destruído em seu nascedouro e as atividades culturais tocadas pelos anarquistas também seriam encerradas. As possibilidades de se aproveitar a conjuntura de mobilizações foram esgotadas com a repressão sofrida. O efeito colateral é que o nascente movimento tinha sido golpeado pela ditadura logo num momento em que o anarquismo poderia ter entrado em contato com organizações e movimentos populares diversos, o que comprometeu seu poder de mobilização durante décadas. A repressão ao anarquismo brasileiro em 1969 desorganizou sua incipiente e modesta base social mobilizada e praticamente condenou o anarquismo à semiclandestinidade. Some-se a isto, o fato de não haver uma instância política própria do anarquismo (uma organização política) que pudesse lidar com a mudança conjuntural de forma coletiva. Cabe dizer que havia um contexto geral de repressão e intervenção do governo nos movimentos populares. Segundo Gorender, no “período de 1964 a 1970, o Ministério do Trabalho destituiu as diretorias de 563 sindicatos” e quatro das seis confederações de trabalhadores “sofreram intervenção” (GORENDER, 1998, p. 153). O movimento estudantil, especialmente no período de 1970, passava por um impasse diante as dificuldades de atuar em entidades de massa. A clandestinidade não era apenas uma opção derivada da incorporação dos preceitos da luta armada; por vezes, era uma condicionante dos efeitos da repressão. Restava aos anarquistas prosseguir com suas relações políticas

por outros mecanismos e esperar a poeira baixar. Aliados de seus espaços sociais e dos movimentos de massa, os anarquistas brasileiros passariam pela provavelmente, pior fase de sua ideologia no Brasil. À partir de 1971, o anarquismo passa a sobreviver em semiclandestinidade, realizando pequenas reuniões na casa de Ideal Peres (no Rio de Janeiro) e manter encontros reservados em outros locais do Brasil. Tal conjuntura durou até 1977, quando o lançamento do jornal *Inimigo do Rei* ajudaria nessa reorganização política.

Referências

- ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 05. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>.
- BRASIL NUNCA MAIS. *Um relato para a história*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. São Paulo: Editora FGV, 2014.
- _____; ARAÚJO, Maria Paula. *1968: 40 anos depois*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2010.
- FILHO, João Roberto Martins. “O movimento estudantil na conjuntura do golpe” In. TOLEDO, 2014, p. 97.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Movimento Estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1964-1968)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2013.
- MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PINA, Fabiana. *O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 64 a Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RODRIGUES, Edgar. *O Anarquismo no Banco dos Réus (1969-1972)*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993b.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*: Seropédica, RJ. 2014. 174p Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

TOLEDO, Caio de Navarro. *1964: visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

Jornais e processos consultados

Autogestão In. RODRIGUES, 1993c.

Autogestão Operária, Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

Dealbar, São Paulo. Biblioteca Social Fábio Luz.

O Libertário, São Paulo. Biblioteca Social Fábio Luz.

O Protesto, Centro de Documentação e Memória da UNESP

Dossiê Brasil Nunca Mais In Brasil Nunca Mais Digital. Disponível em <
<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>

Recebido em 2018-10-03
Publicado em 2018-11-16